

Fale para o professor

## ESPLENDOR DA LÍNGUA, MISÉRIA DA GRAMÁTICA

**Marcos A. Bagno\***  
bagno.marcos@gmail.com

\*Professor do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução da Universidade de Brasília. Doutor em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo. Tradutor, escritor com diversos prêmios e mais de 30 títulos publicados, entre literatura e obras técnico-didáticas. Atua mais especificamente na área de sociolinguística e literatura infanto-juvenil, bem como questões pedagógicas sobre o ensino da Língua Portuguesa no Brasil.

**Destinatário:** Professor de Língua Portuguesa;  
**Endereço:** Educação Básica;  
**Remetente:** Professor formador;  
**Endereço:** Universidade.

Os estudos linguísticos modernos, que já contam com pelo menos cento e cinquenta anos de vida, pois se iniciaram em meados do século XIX com o florescimento da linguística histórica comparada, vêm enfatizando sistematicamente os principais problemas da doutrina gramatical tradicional:

1. A limitação do foco de análise à *frase/oração*, considerada autossuficiente, sem ampliação desse foco ao *texto* do qual ela faz parte nem ao *contexto* (histórico, geográfico, político, cultural, interacional, discursivo, ideológico etc.) em que é produzida. É a *miséria da sintaxe*, que também preside o empreendimento teórico das doutrinas formalistas, como o gerativismo chomskiano.

2. A drástica restrição do conceito de "língua" exclusivamente à *escrita* e, mais restritamente, à *escrita literária* e, mais restritamente ainda, à escrita literária de um grupo seleto de autores consagrados e eleitos para servir de "modelos a imitar". Junto com isso, a

desconsideração absoluta da língua falada, tida como “caótica” e “sem regras”.

3. A *metodologia arcaica* de análise de uma língua viva como se fosse uma língua morta, por meio da dissecação de cadáveres textuais (ou, melhor, de pedaços isolados desses cadáveres, já que o foco se restringe à frase/oração) que serão objeto exclusivo de uma *taxonomia*, isto é, de uma classificação e rotulação de seus componentes, como se isso fosse necessário e suficiente para o real conhecimento do que a língua é e de como ela é usada por seus falantes em situações autênticas de fala e de escrita.

4. O explícito *compromisso ideológico* com as camadas dominantes da sociedade: “é inegável que a gramática sempre esteve sintonizada com a língua da classe mais culta e mais abastada (não existe, historicamente, uma ‘gramática da língua dos pobres’)” (Ilari & Basso, 2006: 208). Assim, no século XVI, o gramático português João de Barros dizia que o modo correto de falar era o dos “barões doutos”, isto é, dos homens (do sexo masculino mesmo) letrados que compunham a aristocracia. Por sua vez, no século XVII, o nobre francês Vaugelas decretava que o modelo de correção era o uso da “parte mais sadia da Corte”. Na década de 1950, o gramático brasileiro Rocha Lima se refere às “classes ilustradas” como inspiração do trabalho do gramático normativo. Em 2005, outro gramático brasileiro, Evanildo Bechara, escreve que é preciso levar os alunos a “falar melhor e com os melhores”, numa atitude tão aristocrática quanto a de Vaugelas. Desde seu nascimento, no mundo de língua grega no século III a.C., a tradição gramatical tem atuado como instrumento ideológico das classes dominantes, veiculando seus valores, suas crenças e sua visão de mundo elitista, oligárquica e autoritária. Ainda que esse compromisso não venha explicitado nas gramáticas normativas produzidas atualmente, ele transparece nas definições de “língua” e “norma” que elas apresentam e também, é claro, na escolha restrita dos

exemplos (sempre literários, de preferência antigos) que servem para abonar as prescrições.

5. A construção desse *modelo artificial* de língua “certa”, que não leva em consideração nem sequer as transformações ocorridas e já plenamente incorporadas na fala e na escrita da própria elite urbana letrada com a qual a doutrina gramatical está historicamente comprometida. Com isso, a nebulosa “norma culta” se torna, de fato, uma *norma oculta* na qual nem mesmo os falantes socialmente prestigiados se reconhecem. Pior ainda é quando ela se transforma numa *norma curta*, como diz Faraco (2008), isto é, num modelo obtuso e tacanho, defendido por quem despreza até mesmo as ponderações mais sensatas acerca da mudança linguística feitas pelos gramáticos e dicionaristas de renome.

6. A atitude eminentemente *prescritiva*, ou seja, a imposição de regras consideradas “corretas” e a condenação de outras, consideradas “erradas”, sem que se dê nenhuma justificativa para isso, como se o que é considerado “certo” fosse algo “natural” e não o resultado de um processo político-ideológico de criação e instituição de uma *norma*, inspirada nos usos de uma dada região (sempre a região de maior prestígio cultural e/ou econômico, ou onde se situa o poder político), e de uma classe social determinada (a elite urbana letrada, representada pelos “grandes escritores”).

7. O emprego de um instrumental de análise que já vem pronto e acabado, como se os termos, conceitos e definições estabelecidos pela tradição gramatical — surgida no mundo de língua *grega* — valessem universalmente para o estudo e o ensino de qualquer língua, o que está muito longe de ser verdade.

Boa parte do esforço científico da linguística moderna tem se dedicado à demonstração das insuficiências da tradição gramatical como teoria de análise da língua e de seu funcionamento.

A ideia de que existe um modo único de “falar certo” e que é imprescindível “estudar gramática” para se alcançar essa competência é

muito arraigada no nosso imaginário cultural, a tal ponto que é frequente, nas salas de aula dos cursos de Letras, estudantes mal entrados na universidade contestarem o que seus professores lhes dizem a esse respeito, travando verdadeiros bate-bocas contra as teorias linguísticas modernas sem se darem conta de que não têm nenhum argumento racional para sustentar suas invectivas a não ser os mitos e superstições que compõem o preconceito linguístico tão impregnado em nossa sociedade (cf. Bagno, 2008) e, infelizmente, ainda preservado e transmitido em nossos ambientes escolares.

O problema mais grave da tradição gramatical não é de ordem teórica, conceitual, epistemológica, embora seja fácil demonstrar suas deficiências nesses aspectos. Afinal, teorias nascem para servir, sempre, como instrumentos *provisórios* para o estudo da sociedade, do ser humano, da natureza e do universo. Como assinala Azeredo (2008, p. 31):

A história dos estudos gramaticais é, também, a história da insatisfação dos estudiosos da linguagem com os modelos descritivos construídos por eles. Toda verdade é provisória — esta é, talvez, a única certeza que fica quando observamos a maneira pela qual o conhecimento humano é construído no curso da história. Não pode ser diferente quando o assunto é a linguagem: nenhum modelo de análise, por mais refinado e complexo que seja, consegue abarcar toda a sua complexidade.

Se pudéssemos encarar a tradição gramatical como um corpo teórico igual a qualquer outro, ou seja, sempre sujeito a revisão e reformulação, tudo estaria tranquilo nesse campo de conhecimento. O grande problema é que, ao longo do tempo, esse corpo teórico se transformou num verdadeiro *dogma*, isto é, segundo a definição do dicionário *Houaiss*, "*doutrina (filosófica, política etc.) de caráter indiscutível em função de supostamente ser uma verdade aceita por todos*".

No entanto, aquilo que, para os filósofos gregos, os primeiros a se debruçar sobre o fenômeno da linguagem humana no mundo ocidental,

eram *hipóteses, especulações, tentativas* de abarcar seu objeto de investigação, *propostas* de interpretação dos fatos da língua (e só da língua grega, é sempre bom ter isso em mente), foi transformado, por força de um pesado *investimento ideológico* operado ao longo dos séculos, numa *disciplina normativa*, ou seja, numa espécie de código de leis que determina o que é *certo* e o que é *errado* no comportamento linguístico das pessoas.

Essa ideologia se impregnou tão profundamente na cultura ocidental que ela passou incólume, ilesa e intacta por todas as grandes revoluções políticas, econômicas, científicas, sociais ocorridas nos últimos dois mil anos!

Deixamos de acreditar que a Terra é plana e o centro do universo; abandonamos a ideia de que as moscas nascem da carne podre por geração espontânea ou que os sapos caem do céu com a chuva; aprendemos que existe a força da gravidade e passamos a explorá-la; descobrimos que existem micro-organismos responsáveis por doenças fatais e aprendemos a combatê-los; fomos apresentados a uma teoria elegantíssima sobre a evolução dos seres vivos no planeta e sobre as origens modestas do ser humano, como mero descendente de algum mamífero primitivo; descobrimos e aprendemos a controlar a eletricidade; desvendamos a chave da genética humana com a descoberta do DNA; nos tornamos capazes de armazenar uma quantidade incalculável de informação num pequeno objeto de um milímetro de espessura e um centímetro quadrado; enviamos objetos tripulados e não tripulados para fora da órbita da Terra e com eles temos aprendido muito sobre os outros corpos celestes que nos rodeiam; conseguimos nos libertar do jugo dogmático da Igreja (e de seu terrorismo espiritual) depois da criação do Estado laico; obtivemos incontáveis conquistas sociais como a abolição da escravatura, o fim do colonialismo, o reconhecimento dos direitos das mulheres, as legislações contra o racismo e todo tipo de discriminação social...

Apesar de tudo isso, continuamos a aprender e a ensinar que *frase* “é um enunciado de sentido completo”, com as mesmas palavras empregadas pelos gramáticos alexandrinos, como se isso não fosse uma deslavada inverdade, capaz de ser refutada por trilhões de exemplos de frases que não têm sentido nenhum se não forem analisadas dentro de suas condições textuais, cotextuais e contextuais de produção:

Ainda assim, estes e seus herdeiros pretendem relegá-lo ao esquecimento. (*Carta Capital*, nº 709, 8/8/2012, p. 12)

É óbvio que estamos diante de uma frase. É perfeitamente possível fazer sua análise sintática nos moldes tradicionais:

- sujeito: *estes e seus herdeiros*
- verbos: *pretender/relegar*
- objeto direto de PRETENDER: *relegá-lo ao esquecimento*
- objeto direto de RELEGAR: *o*
- adjunto adverbial: *ainda assim, etc.*

No entanto, quem são “estes e seus herdeiros”? Quem é o “o” de *relegá-lo*? A que modo ou atitude se refere “ainda assim”? Se a frase realmente tivesse “sentido completo”, nenhuma dessas dúvidas se levantaria... No entanto, essa definição aparece estampada sem susto nas nossas melhores gramáticas normativas (Cunha e Cintra, 1985, por exemplo).

Reiterando: o maior problema da tradição gramatical não é de natureza *teórica* — muito pelo contrário, os primeiros gramáticos lançaram hipóteses valiosíssimas sobre o funcionamento das línguas e muitas de suas intuições se revelam geniais e úteis até hoje: é graças a eles que os linguistas modernos continuam a usar termos como *sujeito, predicado, verbo, pronome, conjunção* etc. O maior problema é acreditar que essa doutrina tradicional é perfeita e incontestável e — o que é infinitamente mais grave — acreditar que ela precisa ser ensinada na íntegra a crianças

que, no caso brasileiro, chegam à 5ª série ou ao 6º ano praticamente analfabetas!

Os problemas teóricos internos da tradição gramatical são muitos e, uma vez que o seu foco de interesse se limita ao estudo da *frase*, os instrumentos de análise dessa tradição se revelam insuficientes para o estudo (e mais insuficientes ainda para o *ensino*) da língua concebida como *texto e discurso* — isto é, da língua concebida como uma atividade sociocomunicativa de *produção de sentido* para a interação dos falantes entre si e para a construção e manutenção de suas relações sociais por meio da linguagem (relações que, evidentemente, não são só e necessariamente pacíficas e tranquilas: a fala e a escrita são, com frequência, muito mais fontes de conflitos do que de consensos).

Pessoalmente, sou contra o ensino explícito da gramática na escola fundamental por razões de ordem *social* (o baixíssimo nível de alfabetismo pleno proporcionado por nosso sistema educacional, em que uma alta porcentagem de crianças e adolescentes chegam à 5ª série / 6º ano sem saber ler e escrever) e de ordem *teórica* (as insuficiências e incoerências da doutrina gramatical tradicional). No entanto, mesmo que se admitisse que cabe ensinar gramática na escola, ainda poderíamos perguntar: por que tem de ser desse jeito, com base na doutrina tradicional, e não em alguma outra proposta de análise da língua?

É preciso lembrar o tempo todo: a doutrina gramatical tradicional surgiu no mundo de *língua grega*, e esse não é um fato de menor importância, muito pelo contrário. Os filósofos e filólogos gregos construíram seu aparato de análise tendo como objeto exclusivo de estudo a língua grega ou, mais especificamente, *a variedade de língua grega falada e escrita pela reduzidíssima elite masculina letrada de sua época*.

Qualquer comparação mínima entre duas línguas diferentes, até mesmo entre línguas da mesma família, até mesmo entre línguas muito próximas (como o português brasileiro e o português europeu), até mesmo entre variedades regionais de uma mesma língua (como a



variedade mineira rural do Vale do Jequitinhonha, a variedade mineira urbana da periferia de Belo Horizonte, a variedade mineira urbana da Zona da Mata etc.), é suficiente para explicitar o óbvio: que nem tudo o que existe na língua/variedade A existe na língua/variedade B ou, também, que existem fenômenos gramaticais na língua/variedade A que se manifestam de modo diferente na língua/variedade B.

Basta isso para abandonar, na prática pedagógica, a doutrina gramatical tradicional: surgida no século III a.C. para descrever e prescrever uma variedade de língua muito restrita — *o grego escrito no dialeto regional ático pelos grandes autores de um remoto passado glorioso da literatura grega (século VIII a V a.C.)* —, ela já não dava conta de analisar a contento nem sequer o grego realmente falado e escrito naquela época, que dirá analisar satisfatoriamente línguas muito diferentes daquela modalidade antiga de grego (a começar do grego moderno).

Por ter nascido no mundo de língua grega, por ter se concentrado exclusivamente na modalidade escrita literária do passado e, principalmente, por analisar apenas *frases isoladas* dessa modalidade exclusiva, a doutrina gramatical tradicional deixa de contemplar uma infinidade de fatos linguísticos importantíssimos que ocorrem nos incontáveis idiomas falados e escritos mundo afora.

É claro que a ciência linguística tem provado a existência de *traços universais* nas línguas humanas — afinal, todos os seres humanos são dotados das mesmas capacidades cognitivas, têm todos as mesmas necessidades de interação com sua comunidade e de apreensão do mundo que os rodeia, e se valem dessas capacidades cognitivas para satisfazer essas necessidades. Por isso é impossível imaginar uma língua humana que não se realize por meio da *predicação*, isto é, da enunciação de um argumento acompanhado da atribuição de propriedades/qualidades/acidentes a esse argumento; que não tenha como exprimir a sucessão dos eventos no tempo e os aspectos dessa sucessão; ou que não disponha de itens lexicais ou de regras

morfossintáticas para designar os participantes da interação verbal; ou que não apresente a categoria morfossintática da *transitividade* (imagine uma língua em que todas as possibilidades de objeto para o ato de *comer*, por exemplo, fossem designadas por verbos intransitivos específicos: seriam necessários milhares de verbos!) etc.

No entanto, também sabemos que esses traços universais se realizam, em cada língua, de maneira muito distinta. Isso obriga os pesquisadores e teóricos a construir, para cada língua, uma descrição gramatical particular, que tente dar conta do maior número possível de regras que governam tal idioma.

Por exemplo, como palavras que podem substituir outras a tradição gramatical só se refere aos *pronomes*. No entanto, existem mais palavras que exercem essa mesma função e recebem, na teoria linguística, o nome de *proformas*. Em várias línguas encontramos *pró-adjetivos* e *pró-advérbios* — em português, a palavra *assim* funciona muitas vezes como um *pró-adjetivo/pró-advérbio*:

- A: — O Augusto vem agindo *de um modo muito ríspido* com a Sílvia.

B: — Eu já reparei, e faz tempo que ele age *assim*.

- A: — Esse seu bife *malpassado* está com uma cara ótima, vou pedir um *assim* para mim também.

Em várias línguas também existem *proverbos*, como o conhecido verbo inglês *do* que pode ser empregado no lugar de qualquer verbo mencionado anteriormente: *Peter and Mary dance but I **don't***, em que *don't* substitui *dance*. Também há provérbios em português: *É verdade que morei no Rio, mas **foi** por pouco tempo*. Existem também *pró-orações*, termos que substituem orações inteiras: *Joana acha que meu cachorro está doente, mas Geraldo **não***, em que *não* retoma a oração "acha que

*meu cachorro está doente*” — seria descabido então classificar, como se faz tradicionalmente, esse *não* como “advérbio”.

Ainda sobre os verbos, será que merecem essa classificação gramatical as palavras em itálico nos seguintes enunciados?

(1) Eu ainda gosto muito dela, *sabe*?

(2) *Vira e mexe* o Antônio se manda para o Rio.

(3) Acho a cor desse vestido muito *cheguei*.

(4) Esse bolo é tão gostoso que *chega* dá vontade de comer ele todo!

(5) A gramática tradicional mal dava conta do grego, que *dirá* de outras línguas!

(6) Leva o guarda-chuva: *vai* que chove quando você estiver no meio da rua!

(7) *Tomara* que não chova!

(8) Estou com dor de barriga. Também, *pudera*: tomei um pote de sorvete sozinho!

(9) *Será* que todas essas palavras são mesmo verbos?

(10) Me liga assim que você chegar em casa, *tá*?

Em todos esses exemplos, as palavras em itálico não correspondem em nada à definição tradicional que as gramáticas dão dos verbos. Em alguns casos, elas se comportam como *marcadores interacionais*; em outros, se assemelham muito a *advérbios*; em (3), temos um uso muito próximo do de um *adjetivo*; em outros, porém, é difícil encontrar uma categoria tradicional onde encaixar esses usos, absolutamente normais no português brasileiro, inclusive nas variedades urbanas de prestígio. Quem tiver alguma boa proposta de classificação para elas, por favor me avise! Afinal, como bem afirma Perini (2006, p. 186), a incerteza quanto à classificação de fenômenos da língua

pode parecer muito incômoda para as pessoas acostumadas a recorrer à gramática (ou aos gramáticos) em busca de respostas categóricas e definitivas a suas dúvidas. O que estou dizendo aqui (e que pode desagradar a alguns) é que nem tudo se sabe a respeito da estrutura da língua — pior, nem tudo pode ser descoberto, porque em certos casos falta evidência e não vemos onde obtê-la. [...] A alternativa seria dar uma resposta a todo custo — mas em linguística não se faz afirmações sem fundamento; e para um linguista não é vergonha dizer 'não sei'.

Essas afirmações de fato podem parecer chocantes para as pessoas que acreditam, por força da nossa tradição dogmática de ensino de língua, que toda e qualquer palavra e toda e qualquer construção que ocorre na língua já estão perfeitamente previstas, documentadas e definidas pela gramática normativa. Agridoce ilusão... Nem tudo o que está na gramática normativa ocorre de fato na língua viva, e nem tudo o que de fato ocorre na língua viva está na gramática normativa. E ninguém precisa se desesperar por isso! Basta não querer "ensinar gramática" a todo custo e, em vez disso, concentrar os esforços em coisas mais relevantes, como fazer ciência ou *letrar* quem ainda não sabe ler nem escrever direito...!

## Referências

- AZEREDO, José Carlos. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo, Publifolha, 2008.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 50ª ed. São Paulo, Loyola, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo, Parábola, 2008.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. *O português da gente*. São Paulo, Contexto, 2006.

PERINI, Mário A. *Princípios de linguística descritiva*. São Paulo, Parábola, 2006.